



Diário Oficial

Município de Jateí-MS

Criado pela Lei Municipal n. 670, de 31 de Janeiro de 2017 e Regulamentado pelo Decreto n. 08, de 06 de Fevereiro de 2017

ANO - IV DIOJATEÍ - N. 0824

JATEÍ-MS, TERÇA-FEIRA, 28 DE JULHO DE 2020

PÁGINA 1 de 22

PREFEITO MUNICIPAL

ERALDO JORGE LEITE

Vice-Prefeita

CILEIDE CABRAL DA SILVA BRITO

Chefe de Gabinete do Prefeito

EDUARDO APARECIDO MARTINS PEREIRA

Procurador Geral

HEDDERSON ALBUQUERQUE MUNHOZ

Secretária Municipal de Administração

TELMA CRISTINA BARBOSA GANDINE

Secretário Municipal de Finanças

ROGÉRIO DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento

FERNANDO CAMILO DO CARMO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

ELENI TEIXEIRA DOS SANTOS FELIPE

Secretário Municipal de Saúde

CÉLIO APARECIDO BALASSO

Secretária Municipal de Assistência Social

ANTONIA MARCÍLIA LACERDA DA SILVA SANTOS

Secretário Municipal de Infraestrutura

RODRIGO FELIX DA SILVA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural

JOSÉ CARLOS GOMES

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Turismo

REGIANE ALVES STEFANES MORAES

Controlador Geral

MARCOS PAULO DA SILVA

Ouvidor Geral

LUIZ CARLOS BURCI

SUMÁRIO

TELEFONES ÚTEIS	01
ATOS DO PODER EXECUTIVO	01
TERMOS DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO	01
LEIS	02

TELEFONES ÚTEIS

Atendimento, informações,
orientações e encaminhamentos.

Prefeitura	(067) 3465 1133
Câmara Municipal	(067) 3465 1137
Conselho Tutelar	(067) 3465 1145
Correios	(067) 3465 1212
CRAS	(067) 3465 1019
CREAS	(067) 3465 1152
DETRAN	(067) 3465 1108
Energisa	(067) 3465 1401
Hospital Santa Catarina	(067) 3465 1132
JATEIPREV	(067) 3465 1008
Polícia Civil	(067) 3465 1121
Polícia Militar	(067) 3465 1122
Sanesul	(067) 3465 1288

ATOS DO PODER EXECUTIVO

TERMOS DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO

TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 049/2019

O MUNICÍPIO DE JATEÍ/MS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. (M.F.) n. 03.783.859/0001-02, com sede administrativa na Av. Bernadete Santos Leite, n. 382, centro, em Jateí/MS, neste ato representado

pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. Eraldo Jorge Leite, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 001.440.006, SSP/MS e do C.P.F. (M.F.) sob o nº. 049.051.991-15, declara ENCERRADO de pleno direito o contrato administrativo em referência, conforme disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ENCERRAMENTO CONTRATUAL.

Fica encerrado, a partir de 30 de junho de 2020, o Contrato Administrativo nº. 049/2019, celebrado entre o Município de Jateí/MS e a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com vigência de 29/04/2019 a 30/06/2020, cujo objeto (aquisição/fornecimento de medicamentos da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica do Estado Mato Grosso do Sul e itens inclusos pela Assistência Farmacêutica Municipal para a distribuição à população de Jateí/MS.)

PARÁGRAFO ÚNICO. Em decorrência do encerramento contratual de que trata o caput desta Cláusula, fica o saldo remanescente de R\$ 49.070,54 (quarenta e nove mil, setenta reais e cinquenta e quatro centavos), igualmente rescindido, conforme planilha anexa.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APÓS O ENCERRAMENTO CONTRATUAL.

2.1. O encerramento do contratual não isenta a contratada da aplicação das sanções previstas na legislação vigente no caso de se verificarem vícios ou defeitos no objeto contratado.

2.2. Não estão abrangidos pelo presente Termo de Encerramento que podem ser objeto de exigência ou responsabilidade, a saber:

2.2.1. As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contidas no Contrato/Ata de Registro de Preços;

2.2.2. As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;

2.2.3. A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS FUNDAMENTOS LEGAIS E JURÍDICOS PARA O ENCERRAMENTO CONTRATUAL.

O presente termo de encerramento contratual tem como fundamento as disposições da Lei (Federal) nº. 8.666/93 aplicáveis à matéria, a Resolução – TCE/MS nº. 88/2018 e opera-se considerando o término da vigência do Contrato Administrativo.

E por estarem justas e encerradas, assino o presente instrumento em duas vias de idêntico teor e efeito.

Jateí/MS, 27 de julho de 2020.

ERALDO JORGE LEITE
Prefeito Municipal

LUIZ EDUARDO RAZZIA GIACOMEL
CENTERMEDI COM.PROD. HOSPITALARES LTDA

LEIS

LEI MUNICIPAL Nº 734, DE 24 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2021, do município de Jateí – Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JATEÍ/MS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 52, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias do Município de Jateí – Estado de Mato Grosso do Sul, para o exercício de 2021, compreendendo:

- I - As prioridades e metas da administração para 2021;
- II - A estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações dos orçamentos do Município para 2021;
- III - As disposições relativas às despesas do Município com pessoal;
- IV - As disposições sobre as alterações na legislação tributária do Município.

Parágrafo único. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes documentos:

- I - Anexo de metas e prioridades;
- II - Relatórios dos Demonstrativos dos § 1º, 2º e 3º do Art. 4º da LRF.

**CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2021**

Art. 2º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2021 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

Parágrafo único - Os valores constantes nos Anexos de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela Lei Orçamentária.

**CAPÍTULO III
A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E
ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2021**

**Seção I
Da Organização dos Orçamentos do Município**

Art. 3º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 4º - Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º - As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (subprojetos ou subatividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 5º - A Lei Orçamentária Anual discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I - A fundos especiais;
- II - Às ações de saúde e assistência social;
- III - Ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;
- IV - Aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica;
- V - À concessão de subvenções econômicas e subsídios;
- VI - À participação em constituição ou aumento de capital de empresas;
- VII - Ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;
- VIII - Às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e
- IX - Ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 6º - O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

- I - Texto da lei;
- II - Quadros orçamentários consolidados;
- III - Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV - Anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal; e
- V - A discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I - Exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, informando, saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis.
- II - Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

§ 2º Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

§ 3º O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo o Projeto de Lei Orçamentário até o dia 31/10/2020, para apreciação dos vereadores.

Art. 7º - Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31/08/2020, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

**Seção II
Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas**

Art. 8º - A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na Lei Orçamentária a, no máximo, um por cento da Receita Corrente Líquida prevista para o Município e:

- I - Se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos;
- II - Ficará sob a coordenação do órgão responsável pela sua destinação; e
- III - Será controlada através de registros contábeis no sistema orçamentário.

§ 1º Não será considerada, para os efeitos do percentual de que trata o caput, a reserva à conta de receitas vinculadas e diretamente arrecadadas dos fundos e das entidades da administração indireta, cuja utilização fica autorizada até o limite previsto na Lei Orçamentária.

§ 2º A reserva de contingência, como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais para eventos fiscais imprevistos que não estejam contemplados no anexo de riscos fiscais, somente poderá ser utilizada com valores que ultrapassem, concomitantemente:

- I - À previsão do Anexo de riscos fiscais; e,
- II - O déficit financeiro apurado em balanço de recursos livres do exercício anterior.

§ 3º No último bimestre de 2021, a reserva de contingência prevista poderá ser utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

Art. 9º - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - Entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 10. - O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 1º Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2021.

§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no caput os que o modificarem conterão:

I - Metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - Demonstrativo da despesa por programas de governo.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 11. - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2021, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2020, nos termos do art. 29-A da Constituição da República, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§ 1º Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§ 2º Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I - Caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II - Caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 12. - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2020, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.

§ 1º Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

§ 2º Considera-se receita tributária e de transferências para fins de cálculo do orçamento do Poder Legislativo, desde que efetivamente arrecadadas:

- a) Os impostos;
- b) As taxas;
- c) Contribuição de melhoria;
- d) A dívida ativa de impostos, taxas;
- e) O Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF;
- f) A Cota-parte do Imposto Territorial Rural - ITR;
- g) A Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;
- h) O valor líquido arrecadado da Transferência da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
- i) O valor líquido arrecadado da Transferência da LC nº 87/96;
- j) O valor líquido arrecadado do Fundo de Participação dos Municípios;
- k) O valor líquido arrecadado da Cota-parte do IPI/Exportação.

Art. 13. - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

- I – Os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;
- II – Os valores necessários para:

- a) Obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;
- b) Outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art. 14. - A Câmara Municipal enviará até o dia 10 (dez) de cada mês, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês e até o mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 15. - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 16. - Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

- a) Mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;
- b) Mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;
- c) Identificar o custo por atividade governamental e órgãos;
- d) A tomada de decisões gerenciais.

Art. 17. - A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante à sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art. 18. - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II - Estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/93, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados inferiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Da Transferência de Recursos para as Entidades da Administração Indireta

Art. 19. - O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais, autorizadas em lei específica conforme preconiza a Constituição da República, Art. 167, VIII:

I - A fundos, instituições e fundações, inclusive as instituídas e mantidas pela administração pública,

II - A empresas públicas e sociedades de economia mista, cuja maioria do capital pertence ao Município, para suprir déficits financeiros.

Seção VII

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 20. - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes e sejam declaradas de utilidade pública;

II - Sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2020, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 21. - Fica autorizada a inclusão de dotações, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - De atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - Cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - Consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

V - Qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda da regular aplicação dos recursos, devendo ocorrer a devolução dos valores no caso de desvio de finalidade.

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 22. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 23. - A transferência de recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14º da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I - A necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II - Incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos de legislação específica.

III - no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) Destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) Formalização de contrato;

c) Aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) Acompanhamento da execução;

e) Prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VIII

Dos Créditos Adicionais

Art. 24. - Os créditos adicionais somente poderão ser abertos, desde que cumpridas as formalidades do Artigo 167, Inciso V e seu § 3º, da Constituição Federal, obedecidas às disposições dos Artigos 7º, 40 a 46, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, ou Legislação Federal superveniente.

Art. 25. - Na elaboração orçamentária para o Exercício de 2021, no que couber, observar-se-á continuidade dos planos, programas e projetos de governo já iniciado e implementado, observado as prioridades estabelecidas no Plano Plurianual e outras detectadas junto à comunidade e Câmara Municipal em conformidade com as disposições da Lei Orgânica do Município, naquilo que for aplicável e não conflitar com a legislação hierarquicamente superior ou superveniente, ficando, inclusive, autorizado para esse fim, a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento), apurado ao final do exercício financeiro.

Parágrafo único. Para cobertura de despesas com as rubricas 3190.11.00 - Pessoal Civil, 3190.13.00 - Obrigações Patronais e 3191.13.00 - Obrigações Patronais - RPPS, independentemente dos limites autorizados em leis, poderão ser abertos créditos suplementares, quando necessário e exclusivamente para o reforço daqueles estabelecidos no início do exercício financeiro e cobertura de eventual déficit verificado, desde que limitado a 60% (sessenta por cento) das receitas correntes.

Art. 26. - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais as exposições de motivos que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 27. - A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser

realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II Das Despesas com Pessoal

Art. 28. - O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 29. - Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

- a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extra orçamentários;
- b) Em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

- a) Caso o Poder Executivo tenha ultrapassado os 54% (cinquenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2020, o orçamento de 2021 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70º da Lei Complementar nº 101 de 2000.
- b) Em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 30. - Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de demonstrativo do impacto orçamentário nas despesas do município, levando-se em consideração a receita corrente líquida.

Art. 31. - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I – No Poder Executivo:

- a) Recuperação de vencimentos em percentual máximo de 2,00 % (dois pontos percentuais) acima dos índices inflacionários, desde que não ultrapasse o limite imposto pela Lei Complementar nº 101/2000, para as despesas com pessoal;
- b) Criação dos cargos, empregos públicos, funções de confiança;
- c) Reforma do plano de carreira do magistério público municipal e dos demais servidores municipais;
- d) Realização de concurso público de provas ou provas e títulos, para investidura em cargo ou emprego público;
- e) Designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;
- f) Concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério, na educação básica, quando de saldo dos 60% (sessenta por cento) dos recursos oriundos do FUNDEB;
- g) Criação de cargos e/ou empregos públicos para o atendimento de programas da União e do Estado;
- h) Contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Resolução do TC/MS e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

II – No Poder Legislativo:

- a) Recuperação de vencimentos em percentual máximo de 2,00 % (dois pontos percentuais) acima dos índices inflacionários, desde que não ultrapasse o limite imposto pela Lei Complementar nº 101/2000, para as despesas com pessoal;
- b) Criação dos cargos, empregos públicos, funções de confiança;
- c) Reforma do plano de cargos e remuneração dos servidores do Poder Legislativo;
- d) Realização de concurso público de provas ou provas e títulos, para investidura em cargo ou emprego público;
- e) Designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;
- f) Contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Resolução do TC/MS e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

Parágrafo único. As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 32. - No exercício de 2021 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

- I – Situações de emergência ou calamidade pública;
- II – Situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;
- II – A relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, far-se-á, respectivamente, pelo Prefeito Municipal e Presidente da Câmara, sendo os motivos devidamente fundamentados no ato da autorização.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 33. - Na política de administração tributária do Município ficam definidas as seguintes diretrizes para 2021 devendo, até o final do exercício, legislação específica dispor sobre:

I – Revisão no Código Tributário do Município, especialmente sobre:

- a) Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU:
 1. Ser progressivo em razão do valor do imóvel; e
 2. Ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- b) a alteração na alíquota e na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 34. - Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. - Para fins de cumprimento do art. 62º da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – Ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

- II - A possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;
- III - À utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;
- IV - A cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município.

Art. 36. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JATEÍ/MS, 24 DE JULHO DE 2020.

ERALDO JORGE LEITE
Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021 ANEXO I - ANEXO DE PRIORIDADES

01 - DA EDUCAÇÃO

- Desenvolver a educação infantil, o ensino fundamental e a valorização do magistério, de acordo com a legislação vigente;
- Adotar uma política educacional que enseje a participação igualitária de professores, alunos, pais e comunidade;
- Promover a valorização dos profissionais da educação, através da implementação de uma política de formação continuada para docentes, técnicos e funcionários administrativos ligados à Rede Municipal de Ensino, na perspectiva de elevar o nível de qualificação profissional, de qualidade da prática pedagógica e do atendimento ao aluno;
- Ampliar a oferta de vagas da educação infantil;
- Investir na aquisição de material didático, de apoio pedagógico e uniformes para alunos da Rede Municipal de Ensino;
- Implementar programa de apoio à distribuição de merenda escolar;
- Promover ações de orientação, prevenção e formação que assegurem padrão de qualidade de vida aos alunos da Rede Municipal de Ensino;
- Implantar e manter salas de recursos para assegurar um serviço especializado de natureza pedagógica para apoio e complemento ao atendimento educacional de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, mediante apoio especializado de equipe multidisciplinar;
- Coordenação, implantação e implementação de proposta curriculares voltadas à educação no campo;
- Implementar programa de iniciação desportiva e artística dos alunos da Rede Municipal de Ensino;
- Implantar, mediante parcerias, instalação e ampliação de laboratórios de informática, de ciências, brinquedotecas e oficinas pedagógicas nas unidades escolares;
- Dar continuidade à expansão da rede física, com a construção de novas unidades escolares, bem como a reforma e ampliação das existentes com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes;
- Efetuar a reforma do prédio da Gerência Municipal de Educação, visando melhorar as condições de trabalho e proporcionar atendimento qualificado à comunidade;
- Adquirir veículos e equipamentos adequados para o transporte escolar, de professores e para a manutenção das atividades administrativas da Gerência Municipal de Educação;
- Realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento da educação;
- Realização de levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
- Estabelecer parcerias com o MEC/FNDE para o financiamento de programas nas escolas da Rede Municipal de Ensino;
- Promover ações visando a implantação e manutenção do Conselho Municipal de educação;
- Desenvolver ações visando a implementação do Plano Municipal de Educação;
- Estabelecer e/ou apoiar programas de alfabetização de jovens e adultos;
- Gerenciamento dos meios necessários à criação e manutenção de escolas técnicas para atendimento à educação profissional;
- Incentivar e subvencionar as instituições filantrópicas que desenvolvem programas de educação, de acordo com a legislação vigente;
- Apoio à implantação e expansão do Ensino Superior no município.

➤02 - DO DESPORTO

- Captação de grandes eventos esportivos regionais;
- Implantar o projeto Ruas de Lazer, com aproveitamento de espaços em vias públicas para lazer e recreação;
- Recuperação dos equipamentos e instalação de aparelhos voltados para a prática esportiva e desenvolvimento da capacidade física nos Centros Desportivos Municipais;
- Realização de atividades destinadas à valorização da terceira idade, com a implementação de eventos culturais, sociais e esportivos, cursos de atualização nos diversos setores de atividades, e práticas voltadas ao entretenimento e lazer;

- Efetivar parcerias com clubes e entidades desportivas para realização de educação, de esporte e de lazer, seja no âmbito amador, bem como profissional;
- Adaptar espaços disponíveis na comunidade para a realização de atividades educativas de esporte para jovens e adultos, bem como para deficientes físicos.

03 - DA CULTURA E DO TURISMO

- Apoiar as manifestações artísticas e culturais da população local, buscando dinamizar e revitalizar o Município como produtor e propagador de cultura;
- Implementar a atividade turística do Município;
- Elaborar o Plano Estratégico para o desenvolvimento do turismo municipal;
- Explorar as vocações turísticas do Município, estimulando o ecoturismo, turismo rural, turismo pedagógico, entre outras formas;
- Investir na realização de eventos para promoção turística dos principais pontos do Município;
- Criar programas integrados que permitam a sustentabilidade da atividade turística;
- Manter calendário de eventos que estimulem o turismo de lazer e cultura.

04 - DA SAÚDE

- Viabilizar a aquisição de equipamentos para laboratório municipal;
- Construir e equipar unidades de saúde da família;
- Realizar todas as campanhas propostas pelo Ministério da Saúde, voltada para a prevenção dentro da Atenção Básica;
- Modificar o quadro epidemiológico, reduzindo os principais agravos, danos e riscos à saúde e da morbi-mortalidade materna e infantil; por meio de ações de prevenção, promoção e reparação de saúde, controle de riscos bio-psicosociais nas diversas realidades que compõem a área de abrangência de cada unidade de saúde, através de ações planejadas de forma ascendente, programadas por ciclos de vida;
- Implementar a prevenção e controle de doenças de notificação compulsória;
- Democratizar o acesso da população aos serviços de saúde através da implementação da gestão distrital descentralizada, do desenvolvimento gerencial das unidades de saúde e da manutenção das equipes de saúde da família;
- Reformar as unidades de saúde localizados na sede e nos distritos;
- Melhorar das ações e serviços de saúde, articulando ações preventivas e assistenciais, a partir da habilitação do Município à gestão plena do sistema tal como prevista no Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo Programa de Tratamento Odontológico, Programa de Prevenção de Doenças Oftalmológicas e Programa de Prevenção de Doenças do Aparelho Auditivo através de parcerias.
- Elevar o padrão de qualidade e eficiência do atendimento em saúde prestado à população por meio do desenvolvimento gerencial e incorporação tecnológica do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade em gestão básica do sistema municipal de saúde;
- Formação e capacitação dos profissionais de saúde;
- Implantar o programa de tratamento e prevenção ao uso de drogas e álcool;
- Desenvolver um banco de dados que centralize as informações colhidas sobre os casos de vítimas da violência.

05 - DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

- Instituir o sistema municipal de planejamento;
- Dar continuidade à política de racionalização, austeridade e rígido controle dos gastos públicos;
- Dar sequência, de forma sistemática, à adequação dos gastos públicos ao limite de capacidade de arrecadação do Município;
- Aprimorar o sistema integrado de fiscalização e aperfeiçoar os instrumentos tributários, ampliando a capacidade de arrecadação do município;
- Adotar e implementar procedimentos e normas que garantam serviços de qualidade à população;
- Priorizar as ações administrativas que melhorem o desempenho na prestação dos serviços públicos diretamente à população, simplificando os procedimentos que aperfeiçoem seu funcionamento e facilitem o cotidiano do contribuinte;
- Desenvolver uma política de pessoal em consonância às determinações constitucionais, capacitando, valorizando e dignificando o servidor público;
- Criar programas de regulamentação, operacionalização das Gerências e as Fundações que compõem a estrutura administrativa;
- Dar sequência ao programa de informatização da administração municipal, aproveitando os recursos técnicos disponíveis, compatibilizando os sistemas a serem implantados e capacitando os servidores envolvidos, visando ao aumento da produtividade, ao aprimoramento da qualidade e à racionalização do serviço público;
- Criar base de dados e informações estatísticas;

- Implantar sistema de acompanhamento, avaliação de programas e projetos que compõem o Plano de Governo;
- Implementar a política de captação e gerenciamento de recursos externos;
- Priorizar programas e projetos integrados que contribuam para o desenvolvimento sustentável;
- Priorizar a elaboração das bases cartográficas do Município em convênio com o IBGE;
- Divulgar os atos do governo nos meios de comunicação de massa, visando ao esclarecimento da população;
- Manter e aperfeiçoar os sistemas de coleta, cadastramento e processamento de dados para apoio às ações e projetos de regularização fundiária, da Planta de Valores e do Recadastramento Imobiliário;
- Desenvolver, implantar, acompanhar e divulgar indicadores conjunturais de atividades econômicas do Município a fim de possibilitar definições de políticas públicas;
- Pagamento das parcelas do refinanciamento da dívida;
- Pagamento da dívida judiciária (precatórios) - Emenda Constitucional nº 30/2000;
- Outras obrigações constitucionais, contratuais e legais.

06 - DA AGRICULTURA, DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Apoiar a criação de centros de aprendizagem que vinculem ensino ao mundo do trabalho;
- Diversificar e ampliar as opções de produção;
- Adquirir equipamentos e máquinas para o desenvolvimento da produção rural;
- Apoiar o associativismo;
- Estabelecer convênio/parcerias para melhoria dos processos de produção e comercialização;
- Estimular feira livre dos produtores rurais;
- Implementar projetos de agro-indústria que agreguem valores à matéria-prima;
- Apoiar projetos de agro-ecologia e turismo rural;
- Intensificar as ações de extensão rural, junto aos produtores rurais, em convênio com o Estado, destinados especialmente aos pequenos produtores rurais;
- Implementar o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Promover, estudos de apoio a pequena e micro-empresas, visando a desburocratização para instalação e diminuição da carga tributária;
- Apoiar a formação de empresas comunitárias, como bases nas Associações de Moradores, preferencialmente em região ocupadas por populações de baixa renda.
- Apoiar e participar de Feiras, Seminários, Congressos e Exposições, para dinamizar e viabilizar comércio e indústria.
- Estabelecer parcerias para implantação de programas estratégicos que estimulem investimentos internos e externos.
- Criar oportunidades de negócio para colocar o Município no cenário estadual, nacional e internacional.
- Apoiar o CMDR (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural).

07 - DA HABITAÇÃO, URBANISMO, TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- Implantar política de desenvolvimento integrado a Bairros e Distritos;
- Permitir o acesso à moradia que disponha de infra-estrutura de abastecimento de água, saneamento e fornecimento de energia elétrica;
- Produção de moradias às famílias carentes do município, em parceria com o Estado e a União;
- Realizar estudos e pesquisas sobre a situação fundiária do Município, tendo em vista a identificação de áreas passíveis de serem usadas em programas oficiais;
- Desenvolver programa de regularização fundiária;
- Promover a urbanização e paisagismo dos Bairros e Distritos;
- Implantar e promover, juntamente com outros órgãos governamentais, os programas de lotes urbanizados;
- Promover obras de recuperação urbana e ambiental;
- Executar obras de urbanização, pavimentação, drenagem e saneamento em logradouros públicos, nas diversas áreas do Município;
- Viabilizar e implantar projetos de melhoria do sistema viário do Município;
- Melhorar o fluxo da malha viária, através da construção de vias;
- Implantar e implementar a sinalização gráfica e semaforizada do sistema viário existente e a implantar;
- Ampliação de rede de iluminação pública;
- Implementar política sanitária - preservação de recursos hídricos;
- Estudo de viabilidade de fomento para construção, reforma, ampliação, manutenção e aquisição de bens e equipamentos, através de legislação pertinente, para os parques, praças e áreas verdes, visando estabelecer parcerias com o setor privado.


➤ 08 - DO MEIO AMBIENTE

- Despertar a consciência ecológica da população, através de programas de educação ambiental, por meio da rede municipal de ensino, da sociedade civil organizada e de entidades não-governamentais;

- Implementar programas de desenvolvimento sustentável através do gerenciamento das bacias hidrográficas, inclusive a com a participação em Convênios e/ou Consórcios;
- Identificar e controlar as principais fontes de poluição que comprometem a qualidade e diversidade dos ecossistemas do Município;
- Regulamentar a cobrança de multas e taxas pelo uso e manejo dos recursos naturais;
- Fomentar práticas comunitárias junto às Associações de Moradores, em especial sobre a conservação e melhoria do meio ambiente e condições de saúde;
- Implantar modelo de gerenciamento de resíduos sólidos de coleta de lixo ao destino final;
- Valorizar, modernizar, regionalizar e reequipar a fiscalização, controle e proteção ambiental;
- Desenvolver programa de recuperação ambiental dos rios do Município;
- Desenvolver a coleta de lixo nos projetos de coleta Seletiva, Hospitalar e Residencial;
- Construção de estações de tratamento de esgoto sanitário e incentivar o programa de construção de fossa asséptica, filtro biológico nas comunidades, reduzindo os efeitos do esgoto sanitário na degradação do meio ambiente.

09 - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

- Ampliar, mediante o desenvolvimento de projetos e programas, a divulgação e proteção aos direitos humanos da população local.
- Garantir o cumprimento da legislação em vigor, referente aos direitos da criança, da mulher, do idoso, através da ação e fiscalização pelos setores competentes;
- Implementar política social que contribua para a promoção humana e crie oportunidades de resgate da cidadania;
- Garantir o atendimento jurídico pleno às mulheres, crianças e adolescentes, vítimas de violência, através dos setores de atendimentos para assistência, apoio e orientação jurídica;
- Criar programas de prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais e ampliar as ações de fiscalização da segurança e saúde do trabalhador;
- Promover programas e projetos que apoiem os setores informais da economia;
- Desenvolver programas de assistência às famílias carentes, no combate à miséria e à fome;
- Criar estratégias para a melhoria do gerenciamento e manutenção dos cemitérios;
- Coordenar o Sistema Municipal de Assistência Social;
- Co-financiar as políticas de Assistências Sociais firmadas através de convênios e parcerias com o Estado e com o Governo Federal;
- Formular a política municipal de assistência social junto com o Conselho Municipal de Assistência Social, submetendo a sua aprovação, garantindo o cumprimento da legislação em vigor, referente aos direitos da criança, do adolescente, da mulher, do idoso, do portador de deficiência;
- Coordenar a elaboração de programas e projetos de assistência social no seu âmbito;
- Garantir o atendimento jurídico pleno às mulheres, crianças e adolescentes, vítimas de violências, através da criação de setores de atendimento, apoio e orientação jurídica;
- Apoiar e facilitar todas as formas comunitárias e associativas da comunidade de baixa renda, voltada para a melhoria da qualidade de vida de seus integrantes, fomentando ações de Geração de Trabalho e Renda;
- Apoiar as atividades de obras sociais públicas ou privadas reconhecidas e cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social, que desempenhe um importante papel no trabalho assistencial;
- Acompanhar e avaliar o benefício de prestação continuada;
- Ampliar o apoio ao desenvolvimento de Programas Sociais nos Distritos do Município, fortalecendo as ações da Gerência Municipal de Assistência Social;
- Desenvolver programas de qualificação de recursos humanos para a área de Assistência Social;
- Criar programas e estratégias de ação ao combate ao desemprego;
- Elaborar relatório de Gestão;
- Elaborar Plano Municipal de Assistência Social;
- Definir as relações com as Entidades prestadoras de serviços e dos instrumentos legais a serem utilizados;
- Participar efetivamente da discussão e do desenvolvimento da assistência social em âmbito regional através de associações de gestores municipais;
- Incentivar a realização de ações de foco assistencial em parcerias com as demais políticas públicas;
- Apoiar administrativa os Conselhos Municipais setoriais da Assistência Social, (Conselho de Assistência Social, Conselho da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar), inclusive apoiando a criação de outros Conselhos, tais como, Portador de Deficiência e Idoso.

	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MUNICÍPIO DE JATEÍ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS EXERCÍCIO DE 2021
---	--

AMF - Tabela I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB x 100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB x 100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB x 100)
Receita Total	45.000.000,00	43.373.493,97	,036	46.000.000,00	42.529.585,79	,034	47.500.000,00	42.124.866,97	,033
Receitas Primárias (I)	44.677.081,00	43.062.246,74	,036	45.672.055,00	42.226.382,21	,034	47.159.955,00	41.823.301,70	,033
Despesa Total	45.000.000,00	43.373.493,97	,036	46.000.000,00	42.529.585,79	,034	47.500.000,00	42.124.866,97	,033
Despesas Primárias (II)	44.460.000,00	42.853.012,04	,035	45.410.000,00	41.984.097,63	,034	46.860.000,00	41.557.289,81	,033
Resultado Primário (III) = (I - II)	217.081,00	209.234,69		262.055,00	242.284,57		299.955,00	266.011,88	
Resultado Nominal									
Dívida Pública Consolidada	5.946.531,93	5.731.597,04	,004	5.946.531,93	5.497.903,04	,004	5.946.531,93	5.273.618,24	,004
Dívida Consolidada Líquida	5.946.531,93	5.731.597,04	,004	5.946.531,93	5.497.903,04	,004	5.946.531,93	5.273.618,24	,004

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ MS

Notas:

01) O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEL	2021	2022	2023
PIB real (crescimento % anual)	2,24	2,16	2,24
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	15,00	15,00	15,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano)	4,50	4,50	4,50
Inflação média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,75	4,25	4,25
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	123.758.980.000,00	131.802.640.000,00	140.467.730.000,00

02) Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2021	2022	2023
Valor Corrente / 1,0375	Valor Corrente / 1,0816	Valor Corrente / 1,1276

ERALDO JORGÉ LEITE
PREFEITOSMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-006169/O-9-T-MSROGERIO DA SILVA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS

	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ MS CNPJ: 03.783.859/0001.02 Av Bernadete Santos Leite - 0000382 - Centro Telefone (067)3465-1133 prefeitura@jatei.ms.gov.br
---	---

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Exercício de 2021

AMF - Tabela 2 (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00


Especificação	Metas Previstas em 2019 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor c = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	43.700.000,00	0,04	0,75	44.215.159,11	0,04	5,61	515.159,11	1,17
Receitas Primárias (I)	43.479.146,00	0,04	0,24	43.056.855,91	0,04	2,84	-422.290,09	-0,97
Despesa Total	43.700.000,00	0,04	0,75	38.276.800,16	0,03	91,43	-5.423.199,84	-12,41
Despesas Primárias (II)	43.532.993,21	0,04	0,37	38.109.793,37	0,03	91,03	-5.423.199,84	-12,45
Resultado Primário (I - II)	-53.847,21	0,00	-0,12	4.947.062,54	0,00	11,82	5.000.909,75	-9.287,22
Resultado Nominal	1.203.453,99	0,00	2,77	-4.789.704,90	0,00	-11,44	-5.993.158,89	-497,99
Dívida Pública Consolidada	5.290.953,99	0,00	12,20	501.249,09	0,00	1,20	-4.789.704,90	-90,52
Dívida Consolidada Líquida	5.290.953,99	0,00	12,20	501.249,09	0,00	1,20	-4.789.704,90	-90,52

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ MS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2020	109.625.670.000,00
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2020	109.625.670.000,00

JATEÍ, 08 de Maio de 2020

ERALDO JORGÉ LEITE
PREFEITO MUNICIPALSMITH DA SILVEIRA
CONTADORROGERIO DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MUNICÍPIO DE JATEÍ										
	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES EXERCÍCIO DE 2021										

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, § 2º inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita Total	29.072.617,93	44.215.159,11	52,08	45.740.500,00	3,44	45.000.000,00	-1,81	46.000.000,00	2,22	47.500.000,00	3,28	
Receita Primária (I)	28.996.165,00	43.056.855,91	48,49	45.411.859,00	5,48	44.677.081,00	-1,61	45.672.055,00	2,22	47.159.955,00	3,25	
Despesa Total	29.072.617,93	38.276.800,16	31,65	45.740.500,00	19,49	45.000.000,00	-1,61	46.000.000,00	2,22	47.500.000,00	3,28	
Despesa Primária (II)	28.974.834,20	38.109.793,37	31,52	45.240.500,00	18,71	44.480.000,00	-1,72	45.410.000,00	2,13	46.880.000,00	3,19	
Resultado Primário (I - II)	21.330,80	4.947.062,54	92,10	171.359,00	-98,53	217.081,00	28,68	262.055,00	20,71	299.955,00	14,46	
Resultado Nominal	5.290.953,99	-4.789.704,90	-190,52	5.445.282,84	-213,68		-100,00		0,00		0,00	
Dívida Pública Consolidada	5.290.953,99	501.249,09	-90,52	5.946.531,93	86,34	5.946.531,93	0,00	5.946.531,93	0,00	5.946.531,93	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	5.290.953,99	501.249,09	-90,52	5.946.531,93	86,34	5.946.531,93	0,00	5.946.531,93	0,00	5.946.531,93	0,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita Total	31.520.532,35	45.983.765,47	45,88	45.740.500,00	-0,52	43.373.493,97	-5,17	42.529.585,79	-1,94	42.124.866,97	-0,95	
Receita Primária (I)	31.437.642,09	44.779.130,14	42,43	45.411.859,00	1,41	43.062.246,74	-5,17	42.226.382,21	-1,94	41.823.301,70	-0,95	
Despesa Total	31.520.532,35	39.807.872,16	26,29	45.740.500,00	14,90	43.373.493,97	-5,17	42.529.585,79	-1,94	42.124.866,97	-0,95	
Despesa Primária (II)	31.414.515,23	39.634.185,10	26,16	45.240.500,00	14,14	42.853.012,04	-5,27	41.984.097,63	-2,02	41.557.289,81	-1,01	
Resultado Primário (I - II)	23.126,85	5.144.945,04	148,62	171.359,00	-98,66	209.234,89	22,10	242.284,57	15,79	266.011,88	9,79	
Resultado Nominal	5.736.452,31	-4.991.293,09	-186,83	5.445.282,84	-209,31		-100,00		0,00		0,00	
Dívida Pública Consolidada	5.736.452,31	521.299,05	-90,91	5.946.531,93	40,71	5.731.597,04	-3,61	5.497.903,04	-4,07	5.273.618,24	-4,07	
Dívida Consolidada Líquida	5.736.452,31	521.299,05	-90,91	5.946.531,93	40,71	5.731.597,04	-3,61	5.497.903,04	-4,07	5.273.618,24	-4,07	

Nota:


Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO						
2018	2019	2020	2021	2022	2023	
3,75	4,25	4,00 *	3,75 *	4,25 *	4,25 *	
VALORES DE REFERÊNCIA						
Valor Corrente x 1,0842	Valor Corrente x 1,0400	Valor Corrente x 1,0000	Valor Corrente / 1,0375	Valor Corrente / 1,0816	Valor Corrente / 1,1276	

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

JATEÍ, 08 de Maio de 2020

ERALDO JORGE LEITE
PREFEITOSMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MSROGERIO DA SILVA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS

	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - PREFEITURA DE JATEÍ MS					
	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 2021					

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	15.508.254,37	100,00	19.274.018,11	100,00	23.646.486,56	100,00
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	15.508.254,37	100,00	19.274.018,11	100,00	23.646.486,56	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO


PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	17.589.565,40	100,00	14.609.708,63	100,00	12.284.553,93	100,00
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	17.589.565,40	100,00	14.609.708,63	100,00	12.284.553,93	100,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ MS

Notas:

01) Resultado do Balanço Patrimonial de cada ano.

ERALDO JORGE LEITE
PREFEITOSMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MSROGERIO DA SILVA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS

	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MUNICÍPIO DE JATEÍ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ORIGEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS EXERCÍCIO DE 2021
---	--

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alineação de Bens Móveis	215.000,00		
Alineação de Bens Imóveis			
Alineação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras			
DESPESAS LIQUIDADAS	2019 (d)	2018 (e)	2017 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	215.000,00		
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	2019 (g) = ((la - lld)+f)	2018 (h) = ((lb - lle) + f)	2017 (i) = (lc - llf)
VALOR(III)			

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ MS

Notas: Leilão de Bens móveis realizado em 2019.

ERALDO JORGE LEITE
PREFEITO

SMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MS

ROGERIO DA SILVA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - PREFEITURA DE JATEI MS			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
Exercício de 2021			
AMF - Demonstrativo VI (LRF. art4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R\$ 1,00
RECEITAS			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES	916.008,15	2.687.355,48	4.532.520,37
Receitas de Contribuição dos Segurados	916.008,15	2.687.355,48	4.532.520,37
Pessoal Civil	916.008,15	2.687.355,48	4.532.520,37
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.318.075,95	1.126.057,25	126.608,30
RECEITAS CORRENTES	1.318.075,95	1.126.057,25	126.608,30
Receitas de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil	1.318.075,95	1.126.057,25	126.608,30
Pessoal Militar	1.318.075,95	1.126.057,25	126.608,30
Para Cobertura de Déficit Atuarial			
Em Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I+ II)	2.234.084,10	3.813.412,73	4.659.128,67
DESPESAS			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IV)	2017	2018	2019
ADMINISTRAÇÃO	1.820.944,86	1.488.258,03	1.679.271,90
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA	1.820.944,86	1.488.258,03	1.679.271,90
Pessoal Civil	1.728.234,90	1.381.320,57	1.574.271,25
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias	92.709,96	106.937,46	105.000,65
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias	92.709,96	106.937,46	105.000,65
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	1.820.944,86	1.488.258,03	1.679.271,90
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	413.139,24	2.325.154,70	2.979.856,77
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR			
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	2017	2018	2019
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEI MS

Notas:

ERALDO JORGE LEITE
PREFEITO

SMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MS

ROGERIO DA SILVA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS




ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MUNICÍPIO DE JATEÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2019				17.156.314,39
2020	2.988.957,00	902.481,00	2.086.476,00	19.242.790,39
2021	3.187.666,00	943.184,00	2.244.482,00	21.487.272,39
2022	3.383.252,00	1.088.976,00	2.294.276,00	23.781.548,39
2023	3.606.709,00	1.153.168,00	2.453.541,00	26.235.089,39
2024	3.806.939,00	1.326.797,00	2.480.142,00	28.715.231,39
2025	3.981.371,00	1.611.352,00	2.370.019,00	31.085.250,39
2026	4.176.953,00	1.803.422,00	2.373.531,00	33.458.781,39
2027	4.415.699,00	2.016.435,00	2.399.264,00	35.858.045,39
2028	4.649.740,00	2.259.748,00	2.389.992,00	38.248.037,39
2029	4.920.537,00	2.381.053,00	2.539.484,00	40.787.521,39
2030	5.142.524,00	2.713.240,00	2.429.284,00	43.216.805,39
2031	5.389.656,00	2.928.455,00	2.461.201,00	45.678.006,39
2032	5.576.819,00	3.381.960,00	2.194.859,00	47.872.865,39
2033	5.777.235,00	3.740.940,00	2.036.295,00	49.909.160,39
2034	5.937.831,00	4.187.963,00	1.749.868,00	51.659.028,39
2035	6.069.410,00	4.689.110,00	1.380.300,00	53.039.328,39
2036	6.211.113,00	5.089.960,00	1.121.153,00	54.160.481,39
2037	6.232.252,00	5.370.066,00	862.186,00	55.022.667,39
2038	6.240.775,00	5.637.517,00	603.258,00	55.625.925,39
2039	6.239.471,00	5.840.877,00	398.594,00	56.024.519,39
2040	6.222.921,00	6.084.502,00	138.419,00	56.162.938,39
2041	6.166.050,00	6.409.707,00	-243.657,00	55.919.281,39
2042	6.074.437,00	6.711.070,00	-636.633,00	55.282.648,39
2043	6.007.228,00	6.880.704,00	-873.476,00	54.409.172,39
2044	5.934.419,00	7.036.681,00	-1.102.262,00	53.306.910,39
2045	5.794.221,00	7.366.511,00	-1.572.290,00	51.734.620,39
2046	5.687.886,00	7.331.854,00	-1.643.968,00	50.090.652,39
2047	5.577.536,00	7.281.942,00	-1.704.406,00	48.386.246,39
2048	5.461.127,00	7.393.441,00	-1.932.314,00	46.453.932,39
2049	2.363.161,00	7.415.416,00	-5.052.255,00	41.401.677,39
2050	2.056.525,00	7.218.368,00	-5.161.843,00	36.239.834,39
2051	1.726.520,00	7.210.254,00	-5.483.734,00	30.756.100,39
2052	1.369.913,00	6.879.480,00	-5.509.567,00	25.246.533,39
2053	1.010.729,00	6.803.809,00	-5.793.080,00	19.453.453,39
2054	674.375,00	6.617.545,00	-5.943.170,00	13.510.283,39
2055	337.483,00	6.290.190,00	-5.952.707,00	7.557.576,39
2056	5.432,00	6.172.546,00	-6.167.114,00	1.390.462,39
2057	5.487,00	5.944.406,00	-5.938.919,00	-4.548.456,61
2058	5.541,00	5.471.938,00	-5.466.397,00	-10.014.853,61
2059		5.230.940,00	-5.230.940,00	-15.245.793,61
2060		4.680.037,00	-4.680.037,00	-19.925.830,61
2061		4.549.362,00	-4.549.362,00	-24.475.192,61
2062		4.279.607,00	-4.279.607,00	-28.754.799,61
2063		4.116.457,00	-4.116.457,00	-32.871.256,61
2064		3.882.500,00	-3.882.500,00	-36.753.756,61
2065		3.412.355,00	-3.412.355,00	-40.166.111,61
2066		3.030.362,00	-3.030.362,00	-43.196.473,61
2067		2.921.630,00	-2.921.630,00	-46.118.103,61
2068		2.551.508,00	-2.551.508,00	-48.669.611,61
2069		2.161.333,00	-2.161.333,00	-50.830.944,61
2070		1.983.905,00	-1.983.905,00	-52.814.849,61
2071		1.522.854,00	-1.522.854,00	-54.337.703,61
2072		1.132.758,00	-1.132.758,00	-55.470.461,61
2073		919.943,00	-919.943,00	-56.390.404,61
2074		742.607,00	-742.607,00	-57.133.011,61
2075		671.647,00	-671.647,00	-57.804.658,61
2076		600.689,00	-600.689,00	-58.405.347,61
2077		423.374,00	-423.374,00	-58.828.721,61
2078		281.528,00	-281.528,00	-59.110.249,61
2079		246.056,00	-246.056,00	-59.356.305,61
2080		175.132,00	-175.132,00	-59.531.437,61
2081		139.699,00	-139.699,00	-59.671.136,61
2082		139.663,00	-139.663,00	-59.810.799,61
2083		104.202,00	-104.202,00	-59.915.001,61
2084		68.745,00	-68.745,00	-59.983.746,61
2085		68.745,00	-68.745,00	-60.052.491,61
2086		68.745,00	-68.745,00	-60.121.236,61
2087		68.745,00	-68.745,00	-60.189.981,61

	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MUNICÍPIO DE JATEÍ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS EXERCÍCIO DE 2021			
	R\$ 1,00			

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

2088		68.745,00	-68.745,00	-60.258.726,61
2089		68.745,00	-68.745,00	-60.327.471,61
2090		68.745,00	-68.745,00	-60.396.216,61
2091		68.745,00	-68.745,00	-60.464.961,61
2092		68.745,00	-68.745,00	-60.533.706,61
2093		68.745,00	-68.745,00	-60.533.706,61


Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEI MS

Notas: Dados do Atuarial de 2018, atuarial 2019 em construção.

ERALDO JORGE LEITE
PREFEITO

SMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MS

ROGERIO DA SILVA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS

	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MUNICÍPIO DE JATEÍ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA EXERCÍCIO DE 2021			
	R\$ 1,00			

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2021	2022	
TOTAL				


Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEI MS

Notas: Não há previsão de Renúncia de Receita para os anos citados.

ERALDO JORGE LEITE
PREFEITO

SMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MS

ROGERIO DA SILVA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS

	ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE JATEÍ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO EXERCÍCIO DE 2021
---	---

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)


R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2021
Aumento Permanente da Receita	2.040.000,00
(-) Transferência Constitucionais	
(-) Transferência ao FUNDEB	1.872.367,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	167.633,00
Redução Permanente de Despesa (II)	1.500.000,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	1.667.633,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (V) Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de expansão de DOCC (V) = (III - IV)	1.667.633,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ MS

Notas:

ERALDO JORGE LEITE
PREFEITOSMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MSROGERIO DA SILVA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS

	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MUNICÍPIO DE JATEÍ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS RESULTADO PRIMÁRIO EXERCÍCIO DE 2021
---	---

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	28.748.588,44	41.772.959,49	45.070.868,00	44.341.384,00	45.327.055,00	48.808.955,00
Receita Tributária	2.167.067,52	3.877.626,82	4.073.850,00	4.008.000,00	4.096.845,00	4.230.810,00
Receita de Contribuição	0,00	3.052.137,76	3.067.672,00	3.018.183,00	3.084.880,00	3.185.760,00
Receita Patrimonial	-78.452,93	1.553.873,02	1.283.860,00	1.283.013,00	1.290.925,00	1.333.140,00
(-) Aplicações Financeiras (II)	78.452,93	93.923,20	231.141,00	227.419,00	232.445,00	240.045,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	1.647.598,22	1.514.821,00	1.490.432,00	1.523.370,00	1.573.185,00
Transferências Correntes	26.153.334,97	32.776.327,99	35.986.385,00	35.403.801,00	36.191.485,00	37.373.000,00
Demais Receitas Correntes	428.185,95	419.270,70	428.060,00	421.168,00	430.475,00	444.200,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES(III) = (I - II)	28.672.135,51	41.679.036,29	44.839.627,00	44.113.965,00	45.094.610,00	48.568.910,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	247.576,58	2.348.276,42	438.891,00	431.197,00	440.500,00	453.000,00
Operações de Crédito (V)	0,00	848.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VI)	0,00	215.880,00	97.500,00	95.500,00	95.500,00	100.000,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	247.576,58	1.283.896,42	341.191,00	335.697,00	345.000,00	353.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	247.576,58	1.283.896,42	341.191,00	335.697,00	345.000,00	353.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III + VIII)	28.919.712,07	42.962.932,71	45.180.718,00	44.449.662,00	45.439.610,00	48.919.910,00
RECEITA TOTAL	28.999.165,00	44.121.236,91	45.509.359,00	44.772.581,00	45.787.555,00	47.259.955,00
DESPESAS CORRENTES (X)	27.831.880,00	35.754.730,74	39.791.500,00	39.077.000,00	40.115.500,00	41.385.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	15.482.990,00	20.718.858,28	23.327.655,00	22.900.000,00	23.459.300,00	24.220.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	100.000,00	150.000,00	200.000,00	250.000,00
Outras Despesas Correntes	12.348.870,00	15.036.074,46	16.363.845,00	16.027.000,00	16.456.200,00	16.895.000,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	27.831.880,00	35.754.730,74	39.691.500,00	38.927.000,00	39.915.500,00	41.115.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.240.757,93	2.522.069,42	5.489.000,00	5.453.000,00	5.404.500,00	5.645.000,00
Investimentos	1.142.974,20	2.355.062,63	5.089.000,00	5.083.000,00	5.014.500,00	5.255.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	97.783,73	167.006,79	400.000,00	390.000,00	390.000,00	390.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	1.142.974,20	2.355.062,63	5.089.000,00	5.083.000,00	5.014.500,00	5.255.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA + RESERVA DO RPPS (XVI)	0,00	0,00	480.000,00	470.000,00	480.000,00	490.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	28.974.834,20	38.109.793,37	45.240.500,00	44.480.000,00	45.410.000,00	48.880.000,00
DESPESA TOTAL	29.072.617,93	38.276.800,18	45.740.500,00	45.000.000,00	46.000.000,00	47.500.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	-55.122,13	4.853.139,34	-59.782,00	-10.338,00	29.810,00	59.910,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ MS

Notas:

ERALDO JORGE LEITE
PREFEITOSMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MSROGERIO DA SILVA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	RECEITAS CORRENTES	28.825.041,37	41.866.882,89	45.301.809,00	44.568.803,00	45.559.500,00
Receita Tributária	2.167.067,52	3.877.626,82	4.073.850,00	4.008.000,00	4.096.845,00	4.230.810,00
Receita de Contribuição		3.052.137,76	3.067.572,00	3.018.183,00	3.084.880,00	3.185.760,00
Receita Patrimonial	76.452,93	1.741.519,42	1.745.962,00	1.717.851,00	1.755.815,00	1.813.230,00
Aplicações Financeiras	76.452,93	93.923,20	231.141,00	227.419,00	232.445,00	240.045,00
Outras Receitas Patrimoniais		1.647.596,22	1.514.821,00	1.490.432,00	1.523.370,00	1.573.185,00
Transferências Correntes	26.153.334,97	32.778.327,99	35.986.365,00	35.403.801,00	36.191.485,00	37.373.000,00
Demais Receitas Correntes	428.185,95	419.270,70	428.060,00	421.168,00	430.475,00	444.200,00
RECEITAS DE CAPITAL	247.576,56	2.348.276,42	438.891,00	431.197,00	440.500,00	453.000,00
Operações de Crédito		848.500,00				
Alienação de Ativos		215.880,00	97.500,00	95.500,00	95.500,00	100.000,00
Amortização de Empréstimos						
Transferência de Capital	247.576,56	1.283.896,42	341.191,00	335.697,00	345.000,00	353.000,00
Outras Receitas de Capital						
TOTAL	29.072.617,93	44.215.159,11	45.740.500,00	45.000.000,00	46.000.000,00	47.500.000,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ MS
Notas:

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	RECEITAS CORRENTES	28.825.041,37	41.866.882,89	45.301.809,00	44.568.803,00	45.559.500,00
Receita Tributária	2.167.067,52	3.877.626,82	4.073.850,00	4.008.000,00	4.096.845,00	4.230.810,00
Receita de Contribuição		3.052.137,76	3.067.572,00	3.018.183,00	3.084.880,00	3.185.760,00
Receita Patrimonial	76.452,93	1.741.519,42	1.745.962,00	1.717.851,00	1.755.815,00	1.813.230,00
Aplicações Financeiras	76.452,93	93.923,20	231.141,00	227.419,00	232.445,00	240.045,00
Outras Receitas Patrimoniais		1.647.596,22	1.514.821,00	1.490.432,00	1.523.370,00	1.573.185,00
Transferências Correntes	26.153.334,97	32.778.327,99	35.986.365,00	35.403.801,00	36.191.485,00	37.373.000,00
Demais Receitas Correntes	428.185,95	419.270,70	428.060,00	421.168,00	430.475,00	444.200,00
RECEITAS DE CAPITAL	247.576,56	2.348.276,42	438.891,00	431.197,00	440.500,00	453.000,00
Operações de Crédito		848.500,00				
Alienação de Ativos		215.880,00	97.500,00	95.500,00	95.500,00	100.000,00
Amortização de Empréstimos						
Transferência de Capital	247.576,56	1.283.896,42	341.191,00	335.697,00	345.000,00	353.000,00
Outras Receitas de Capital						
TOTAL	29.072.617,93	44.215.159,11	45.740.500,00	45.000.000,00	46.000.000,00	47.500.000,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ MS
Notas:

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

R\$ 1,00

Receita Tributária

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	2.167.067,52	
2019	3.877.626,82	78,93
2020	4.073.850,00	5,06
2021	4.008.000,00	-1,61
2022	4.096.845,00	2,21
2023	4.230.810,00	3,26

Notas:

Receita de Contribuições

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018		
2019	3.052.137,76	100,00
2020	3.067.572,00	,50


2020	3.067.572,00	,50
2021	3.018.183,00	-1,61
2022	3.084.880,00	2,20
2023	3.185.760,00	3,27

Notas:

Receita Patrimonial

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2018	76.452,93	
2019	1.741.519,42	2177,89
2020	1.745.962,00	,25
2021	1.717.851,00	-1,61
2022	1.755.815,00	2,20
2023	1.813.230,00	3,26

Notas:

	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MUNICÍPIO DE JATEÍ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I.a - RECEITAS EXERCÍCIO DE 2021
---	---

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

R\$ 1,00

Transferências Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2018	26.153.334,97	
2019	32.776.327,99	25,32
2020	35.986.365,00	9,79
2021	35.403.601,00	-1,61
2022	36.191.485,00	2,22
2023	37.373.000,00	3,26

Notas:

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2018	428.185,95	
2019	419.270,70	-2,08
2020	428.060,00	2,09


2020	428.060,00	2,09
2021	421.168,00	-1,61
2022	430.475,00	2,20
2023	444.200,00	3,18

Notas:

Operações de Crédito

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018		
2019	848.500,00	100,00
2020		-100,00
2021		
2022		
2023		

Notas:

	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MUNICÍPIO DE JATEÍ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I.a - RECEITAS EXERCÍCIO DE 2021
---	---

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

R\$ 1,00

Alienação de Bens

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018		
2019	215.880,00	100,00
2020	97.500,00	-54,83
2021	95.500,00	-2,05
2022	95.500,00	
2023	100.000,00	4,71

Notas:

Transferências de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	247.576,56	
2019	1.283.896,42	418,58
2020	341.191,00	-73,42

2020	341.191,00	-73,42
2021	335.697,00	-1,61
2022	345.000,00	2,77
2023	353.000,00	2,31

Notas:

ERALDO JORGE LEITE
PREFEITO

SMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MS

ROGERIO DA SILVA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES (I)	27.831.860,00	35.754.730,74	39.791.500,00	39.077.000,00	40.115.500,00	41.365.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	15.482.990,00	20.718.656,28	23.327.655,00	22.900.000,00	23.459.300,00	24.220.000,00
Juros e Encargos da Dívida			100.000,00	150.000,00	200.000,00	250.000,00
Outras Despesas Correntes	12.348.870,00	15.036.074,46	16.363.845,00	16.027.000,00	16.456.200,00	16.895.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	1.240.757,93	2.522.069,42	5.489.000,00	5.453.000,00	5.404.500,00	5.645.000,00
Investimentos	1.142.974,20	2.355.062,63	5.089.000,00	5.063.000,00	5.014.500,00	5.255.000,00
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida	97.783,73	167.006,79	400.000,00	390.000,00	390.000,00	390.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA + RESERVA DO RPPS(III)			460.000,00	470.000,00	480.000,00	490.000,00
TOTAL (IV)=(I+II+III)	29.072.617,93	38.276.800,16	45.740.500,00	45.000.000,00	46.000.000,00	47.500.000,00

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

R\$ 1,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEI MS

Notas:

ERALDO JORGE LEITE
PREFEITO

SMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MS

ROGERIO DA SILVA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MUNICÍPIO DE JATEÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.a - DESPESAS
EXERCÍCIO DE 2021

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

R\$ 1,00

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	15.482.990,00	
2019	20.718.656,28	33,81
2020	23.327.655,00	12,59
2021	22.900.000,00	-1,83
2022	23.459.300,00	2,44
2023	24.220.000,00	3,24

Notas:

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018		
2019		
2020	100.000,00	100,00
2021	150.000,00	50,00
2022	200.000,00	33,33
2023	250.000,00	25,00

Notas:


Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	12.348.870,00	
2019	15.036.074,46	21,76
2020	16.363.845,00	8,83
2021	16.027.000,00	-2,05
2022	16.456.200,00	2,67
2023	16.895.000,00	2,66

Notas:

Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	1.142.974,20	
2019	2.355.062,63	106,04
2020	5.089.000,00	116,08
2021	5.063.000,00	-,51
2022	5.014.500,00	-,95

	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MUNICÍPIO DE JATEI LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II.a - DESPESAS EXERCÍCIO DE 2021	
	Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF	
	R\$ 1,00	
	2023	5.255.000,00

Notas:

Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2018	97.783,73	
2019	167.006,79	70,79
2020	400.000,00	139,51
2021	390.000,00	-2,50
2022	390.000,00	
2023	390.000,00	

Notas:

Reserva de Contingência + Reserva do RPPS


Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2018		
2019		
2020	460.000,00	100,00
2021	470.000,00	2,17
2022	480.000,00	2,12
2023	490.000,00	2,08

Notas:

ERALDO JORGE LEITE
PREFEITO

SMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MS

ROGERIO DA SILVA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS

	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MUNICÍPIO DE JATEÍ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA EXERCÍCIO DE 2021
---	--

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF		R\$ <1,00>				
ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.290.953,99	501.249,09	5.946.531,93	5.946.531,93	5.946.531,93	5.946.531,93
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidadas	5.290.953,99	501.249,09	5.946.531,93	5.946.531,93	5.946.531,93	5.946.531,93
DEDUÇÕES (II)						
Ativo Disponível						
Haveres Financeiros						
(-) Restos a Pagar Proc.						
DCL (III) = (I - II)	5.290.953,99	501.249,09	5.946.531,93	5.946.531,93	5.946.531,93	5.946.531,93


Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ MS

Notas:

ERALDO JORGE LEITE
PREFEITO

SMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MS

ROGERIO DA SILVA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS

	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MUNICÍPIO DE JATEÍ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS RESULTADO NOMINAL EXERCÍCIO DE 2021
---	---

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF		R\$ 1,00				
ESPECIFICAÇÃO	2018 (b)	2019 (c)	2020 (d)	2021 (e)	2022 (f)	2023 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I)	5.290.953,99	501.249,09	5.946.531,93	5.946.531,93	5.946.531,93	5.946.531,93
DEDUÇÕES (II)						
Ativo Disponível						
Haveres Financeiros						
(-) Restos a Pagar Processados						
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.290.953,99	501.249,09	5.946.531,93	5.946.531,93	5.946.531,93	5.946.531,93
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)						
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)						
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	5.290.953,99	501.249,09	5.946.531,93	5.946.531,93	5.946.531,93	5.946.531,93
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	5.290.953,99	-4.789.704,00	5.445.282,84			

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício de 2018

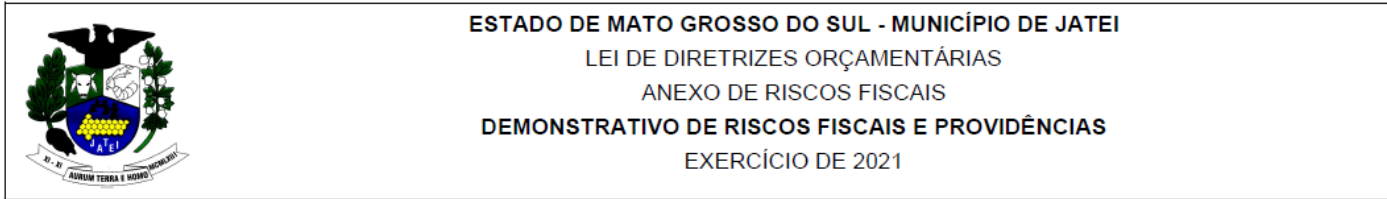
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ MS

Notas:

ERALDO JORGE LEITE
PREFEITO

SMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MS

ROGERIO DA SILVA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS



ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Diminuição da Situação Econômica Financeira diante da Pandemia - COVID-19	6.330.909,69	Com o risco de diminuição das receitas na em um cenário de 15,00% haverá também a necessidade de diminuição na mesma proporção de suas despesas.	6.330.909,69
TOTAL	6.330.909,69	TOTAL	6.330.909,69

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ MS

Notas:

- 1) Existem duas classes de eventos de risco que podem afetar as contas públicas. A primeira se refere aos eventos cujo impacto se materializa através da afetação dos parâmetros macroeconômicos projetados para a elaboração do cenário base contido na lei orçamentária anual (LOA). A segunda classe trata daquele cujo impacto se dá de forma direta nas receitas e/ou despesas constantes no cenário base, sem necessariamente afetar, a priori, os parâmetros projetados para a sua construção.
- 2) Especificamente não há nada para o município de Jateí, tirando a situação pandêmica que acomete os Estados da Federação brasileira, generalizando o contexto de análise de riscos fiscais, serão os mesmos para todos os municípios do Estado.
- 3) Diante da possibilidade de uma retração econômica financeira no país, o município de Jateí buscando melhor planejamento de suas ações, analise em um cenário de 15,00% de diminuição de suas receitas para o ano 2021.
- 4) Com uma maior preocupação com a área da saúde, onde a maior parte da alocação dos recursos de capital e de investimento serão efetivados, nosso município "poderá" ter dificuldades diante de seus custos fixos quando relacionados com as metas fiscais. Pois se a receita de fato diminuir, aumenta-se a proporção de seu percentual sobre as metas.

ERALDO JORGE LEITE
PREFEITO

SMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MS

SMITH DA SILVEIRA
CONTADOR MT-008169/O-9 T-MS

